

1 Aos dezoito dias do mês de março de 2010, em segunda convocação às 14h00, deu-se início à Reunião
2 Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, presidida pela Presidente Silmeri
3 Patrícia Rossi no auditório do Centro de Assistência Social do Município na Avenida Juscelino Kubitscheck,
4 nº. 2.896. A reunião contou com a presença dos Conselheiros e demais integrantes da sociedade, conforme
5 se segue: **Os conselheiros titulares:** Lúcia Helena Funes Feitosa da Silva, Viviane dos Reis Martins, Ângela
6 Maria Grüener Lima, Edegar Marandola, Rodrigo Fernando Rodrigues, Mara Regina Safadi Maricato, Silmeri
7 Patrícia Rossi, Wilma Silva Ribeiro, Patrícia Grassano Pedalino, Sérgio de Souza Barbosa, Janaína Lopes de
8 Melo, Marilda de Souza Costa Germano, Ana Cláudia Vieira Martins, Sílvia Helena da Cruz Alves dos Santos,
9 Antônio Irineu Barrinuevo. **Os conselheiros suplentes que assumiram a titularidade:** Maria Inez Timóteo
10 Pinto. **Compareceram os conselheiros suplentes:** Michelle Felipe Costa, Cristiana Maria bastos Vezozzo,
11 Maria Ignez Scudeler, Aelton Alves Pereira. **Justificaram a ausência os conselheiros:** Marcelle Diório de
12 Souza, Jacqueline Marçal Micali, Uani Rocha Barbosa. **Registraram presença:** Marina Bárbara – Conselho
13 Tutelar Norte; Maria Joreni Alves da Silva – Organização Viver; Maria O. Teixeira – Organização Viver; Celina
14 Barbosa – Conselho Tutelar Sul; Kathiuxia A. Freitas Pereira Coelho – CRESS; Laila Yuri M. de Oliveira –
15 Ministério Público; Fábio A. G. Carlos Secretaria Municipal de Gestão Pública; Leoni Alves Garcia – Conselho
16 Tutelar Norte; Margareth Moratto – ACEB / CIDAC; Tércia L. Azevedo Oliveira – NUSELON / CREAS III; Sílvia
17 Helena Silva – Irmã Scheilla; Édina Maria Silva de Paula – Ministério Público; Ana Maria Nascimento – AFEL /
18 Programa Atitude; Leonardo Sampaio – AESB / Programa Atitude; Izabel Feijó Oliveira Flores – Sec. Adm.
19 CMAS / CMDCA; Rafael Ortiz Pascoim Silva – Sec. Adm. CMDCA / CMAS. A Presidente Silmeri saúda os
20 presentes, e passa a discutir a pauta cujos temas são: 1. Aprovação da ata do dia 04 de Março de 2010; 2.
21 Projeto de Lei nº. 27/2009; 3. Relato das Comissões; 4. Fluxograma do FMDCA; 5. Relato e deliberações
22 acerca da visita ao CAIC – José Jofilly; 6. Apresentação do Serviço – Programa de Acolhimento Familiar no
23 Município; 7. Deliberações acerca do evento dos 20 anos do ECA; 8. Relato do Conselho Tutelar Norte; 9.
24 Apresentação da planilha de obras do Programa Atitude; 10. Informes. Como a ata do dia 04 de Março ainda
25 não foi enviada aos Conselheiros, a Presidente pede a exclusão do item 1 da pauta, e pede a inversão de
26 alguns pontos de pauta, e a exclusão do ponto referente ao Programa Atitude e relato do Programa de
27 Acolhimento Familiar do Município, por impossibilidade de estarem presentes as representantes da
28 Secretaria de Assistência Social. Aprovada por unanimidade a pauta da reunião como se segue: 1. Relato das
29 Comissões; Relato e deliberações acerca do Conselho Tutelar Norte; 2. Projeto de Lei nº. 27/2009; 3. Relato
30 e deliberações acerca da visita ao CAIC – José Jofilly; 4. Relato das Comissões; 5. Fluxograma do FMDCA;. 6.
31 Deliberações acerca do evento dos 20 anos do ECA; 7. Informes. Passou-se então à discussão dos temas
32 aprovados, começando pela exposição do item **1. Projeto de Lei nº. 27/2009;** Comissão de Legislação
33 poderá fazer o chamamento de outras pessoas para participar da discussão acerca da Lei de catracas
34 flexíveis; **Deliberação:** encaminhado para a Comissão de Legislação; **2. Relato das Comissões;** Relato das
35 Comissões – A Presidente Silmeri Patrícia Rossi pede a palavra para fazer um breve relato acerca da
36 Comissão acerca dos Adolescentes em Conflito com a Lei, mencionando que está sendo feita a discussão

37 acerca da divisão das Varas da Infância para uma Vara Específica; Neste momento a Promotora da Vara da
38 Infância e da Juventude, Édina de Paula solicita a inversão da pauta para que os relatos de comissões sejam
39 posteriores aos temas Conselho Tutelar e CAIC José Jofilly, visto ter que se ausentar; aprovado pelos
40 presentes ficou suspenso o relato das comissões e passou-se a pauta para discussão acerca do Conselho
41 Tutelar Norte; **3. Relato do Conselho Tutelar Norte;** a Conselheira Tutelar Leoni Alves coloca que o Conselho
42 tem encontrado dificuldades estruturais diárias; que as mudanças da sede, chuvas dentro do imóvel, que o
43 imóvel foi interditado pelo Corpo de Bombeiros; que por um tempo o Conselho Tutelar esteve sem sede e
44 foi deliberado por este conselho que o mesmo fosse para o Conselho Tutelar Centro, mas que isso causaria
45 muitas dificuldades, que tirar o CT do Norte para atender no Centro seria um retrocesso e que então foi
46 acatada a decisão do CMDCA mas que não vieram para o Centro; que passaram a atender precariamente no
47 CESOMAR e que isso causava problemas no atendimento, porque eram questões sigilosas e que não tinha
48 como dar este atendimento; e que assim não era possível coincidir o atendimento sócio educativo com o
49 Conselho Tutelar; que depois disso foram para a Paróquia Santa Cruz e estão neste local até a presente data;
50 que foi cedida provisoriamente; que quando precisam de sigilo existe um local grande que é possível
51 atender, entretanto o fato mais grave hoje é que os relatos e registros no SIPIA não estão sendo realizados;
52 que cada Conselheiro Tutelar está mantendo registros em caixas; não tem telefone, a rede de serviços não
53 consegue falar com o Conselheiro; que é difícil seguir um roteiro ou dar seqüência em atendimento porque
54 não tem base de informações; desde o dia 19 de janeiro o SIPIA não vem sendo alimentado; a Promotora
55 Édina de Paula ressalta que a importância do SIPIA é de que não se pode dar seguimento nos atendimentos
56 e que no final do ano as informações anuais servem de base para inúmeros procedimentos; que tem que ser
57 validado; a Conselheira Leoni continua o relato para dizer que estão com muita dificuldade para localizar
58 uma nova casa para instalar o Conselho; que também procuraram o Dr. Ademir, Juiz da Vara da Infância e do
59 Adolescente, que o mesmo informou à Conselheira para primeiramente vir à reunião do CMDCA; neste
60 momento a Promotora Édina de Paula pede a palavra para pedir que se busque registro de anos anteriores
61 no orçamento municipal a Construção de Sede de Conselho se havia tal previsão; a Presidente Silmeri
62 Patrícia Rossi coloca que o Conselho tem trabalhado juntamente com o Município e Conselho Tutelar na
63 busca de uma nova sede; que o Conselho Tutelar tem buscado reunir-se com a Gestão Pública; outros vão
64 no Dr. Ademir, outros vão à Promotoria e que com isso tem dificultado os encaminhamentos do Conselho
65 Tutelar; a Conselheira Tutelar Marina Bárbara pede a palavra para dizer que a busca pela secretaria de
66 Gestão foi relacionada aos motoristas e não à sede; Silmeri comenta a dificuldade que não há uma
67 continuidade das ações relacionadas ao Conselho; o representante da Secretaria de Gestão, Fábio, toma a
68 palavra para dizer que a Reunião foi chamada pela Secretaria de Assistência Social, Sindicato dos Motoristas
69 e Conselheiros Tutelares; que o orçamento do Conselho Tutelar é da Assistência; que a reunião de hoje foi
70 sobre a estrutura do Conselho Tutelar; que a Gestão Pública está apenas auxiliando neste processo que não
71 é desta secretaria; que a Gestão está analisando o que existe de orçamento para os Conselhos Tutelares; e
72 que deveria ser analisado pela Assistência Social; que a Assistência não pode usar recursos para reforma e

73 que surgiu uma idéia de que um centro comunitário seria reformado para o Conselho Tutelar; a Gestão ia
74 verificar com a Secretaria de Obras para possibilitar a entrada do Conselho no imóvel; Dra. Édina pede um
75 posicionamento do Conselho quanto aos 45 dias concedidos no início do mês de fevereiro para que a
76 Prefeitura resolvesse a situação do imóvel do Conselho Tutelar Norte; Fábio coloca que para se local imóvel
77 tem diversos trâmites e que neste momento não há qualquer solicitação de validação do processo para
78 locação; que a Gestão só dá prosseguimento; colocado pela Promotora Édina de Paula que este assunto vai
79 ter que ser definido pelo Prefeito Municipal, que definirá quem vai disponibilizar o recurso; Fábio coloca que
80 orçamento é um planejamento de despesas; a ex Presidente do CMDCA Tércia Lamônica de Oliveira Azevedo
81 pede a palavra para dizer que na última gestão foi elaborado um estudo e foi feito um kit “básico” de
82 equipamentos que deveriam compor o orçamento e que este documento foi entregue à secretaria de
83 assistência; este documento foi elaborado pela funcionária da Assistência Neusa Tiba; proposta da
84 Presidente: Que seja dado um prazo de 05 (cinco) dias para apresentação de solução de problemas por
85 parte da Prefeitura, caso não seja dada solução encaminhamento do processo para o Ministério Público para
86 providências; a Conselheira Patrícia Pedalino coloca que o Secretário Marcos Cito já foi até os Conselhos e
87 que verificou in loco as necessidades e condições dos equipamentos; Fábio pede a palavra e diz que o
88 Secretário diz que com a Gestão Pública terá prioridade; Tércia coloca ainda que já foi contemplada
89 aquisição de veículos, computadores, construção de sede em orçamentos anteriores; a Presidente pede a
90 palavra para propor encaminhamento: elaboração de ofício para a Secretaria de Assistência informar todas
91 as solicitações e previsões orçamentárias específicas para as demandas dos Conselhos Tutelares; que deverá
92 disparar as solicitações no sistema próprio; e efetivamente comprar equipamentos suficientes para que o
93 Conselho Tutelar possa alimentar o SIPIA; Fábio apenas comenta neste momento que deve se lembrar que
94 para se efetivar as compras leva-se em média 90 dias; a Conselheira Mara Maricato coloca que é importante
95 verificar se já foi iniciado o processo ou não de compra dos equipamentos; a Presidente coloca que deve ser
96 observado o kit básico e não somente a questão do aluguel da sede; colocado em votação a proposta, a qual
97 foi aprovada pelos presentes, havendo apenas uma abstenção da Conselheira Ângela por não ter ouvido a
98 proposta; neste momento a Promotora recomenda que é importante que as deliberações sejam numeradas
99 para se localizar facilmente deliberações por numero e tema; **Deliberação: Oficiar Prefeito Municipal e**
100 **Secretária de Assistência de que no prazo de 5 dias devem apresentar solução imediata para o imóvel do**
101 **Conselho Tutelar Norte, e que decorrido este prazo foi deliberado pelo CMDCA o encaminhamento da**
102 **solicitação ao Ministério Público para providências; Deliberação: Oficiar a Secretaria de Assistência que**
103 **apresente todos os ofícios de solicitação de equipamentos para os Conselhos Tutelares, bem como**
104 **orçamentos e previsões relativas a aquisição de equipamentos, veículos, construção de sede, nos últimos**
105 **anos e na atual gestão; 4. Fluxograma do FMDCA.** A Conselheira Ana Cláudia pede a palavra para explicar
106 que nos últimos dias a Comissão de Fundo tem se debruçado para analisar e estabelecer o atual fluxo do
107 fundo municipal; que foi feita uma reunião primeiramente com a Secretaria de Assistência e depois a
108 reunião foi feita com representantes de todas as secretarias por onde há procedimento referente ao

109 FMDCA; coloca que o fluxo que será apresentado é o que existe hoje, sem pensar ainda em possíveis
110 melhorias ou mudanças; O Fluxograma é apresentado conforme segue: 1. Realização da Campanha de
111 Arrecadação Anual - Responsabilidade: CMDCA - Prazo: Permanente - Lançamento Campanha: outubro; 2.
112 Identificação de Recursos no FMDCA através de Sistema de destinação on-line - Responsabilidade: SMAS
113 (DGAF) - Prazo: primeira quinzena janeiro; 3. Emissão de recibos de recursos do FMDCA - Responsabilidade:
114 CMDCA (Comissão de Fundo e Sec. Administrativa) - Prazo: segunda quinzena de janeiro; 4. Informação às
115 Instituições sobre valores disponíveis no FMDCA (doação casada) - Responsabilidade: CMDCA (Comissão de
116 Fundo e Sec. Administrativa). - Prazo: mensal e para Campanha: primeira quinzena de fevereiro; 5.
117 Informação à Receita Federal sobre valores de recursos do FMDCA - Responsabilidade: SMAS (DGAF) - Prazo:
118 conforme calendário da Receita Federal; 6. Apresentação de Projeto, Plano de Aplicação e Cronograma pelas
119 Instituições ao CMDCA para utilização dos recursos. - Responsabilidade: Instituições - Prazo: permanente
120 (após recebimento da informação repassada pelo CMDCA); 7. Análise técnica e parecer da Comissão de
121 Fundo do CMDCA - Responsabilidade: CMDCA (Comissão de Fundo) - Prazo: quinze dias após recebimento
122 do Projeto, Plano de Aplicação e Cronograma de desembolso; 8. Aprovação do projeto em plenária do
123 CMDCA - Responsabilidade: CMDCA - Prazo: Quinze dias; 9. Emissão de Resolução - Responsabilidade:
124 CMDCA - Prazo: no dia posterior a aprovação em plenária; 10. Envio da Documentação e Resolução à
125 Secretaria Municipal de Assistência para aprovação do plano de trabalho e encaminhamento à Secretaria de
126 Gestão Pública para formalização de Termo de Convênio. - Responsabilidade: SMAS (DGSMAS) - Prazo: dois
127 dias úteis após recebimento dos documentos; 11. Formalização de Termo de Convênio pela Secretaria de
128 Gestão Pública; 11.1 Autorização do processamento e elaboração do termo de convenio (03 dias); 11.2
129 Aprovação jurídica do termo de convênio – Procuradoria Geral do Município (10 dias úteis); 11.3 Ratificação
130 do processo – assinatura do Secretario de Gestão, Assistência Social e Prefeito (03 dias úteis) (verificar se é
131 necessária a ratificação); 11.4 Assinatura do termo de convenio das entidades (02 dias úteis); 11.5
132 Assistência Social e Prefeito (02 dias úteis); 11.6 Publicação do Jornal Oficial do município (quintas-feiras)
133 (05 dias úteis); 11.7 Lançar no Sistema de controle e enviar a controladoria (01 dia útil após a publicação);
134 11.8 Devolução do processo para a Secretaria de Gestão publica (01 dia útil); 11.9 encaminhamento do
135 processo para a Secretaria de Assistência Social para emissão de nota de empenho (01 dia útil); 12. Emissão
136 de Nota de Empenho e assinaturas da Secretaria de Assistência Social e contabilidade (03 dias úteis)
137 (sugestão: reter via para liquidação direta eliminando 12.1); 12.1 Retorna a SMAS para aval de pagamento;
138 12.2 Retorna para contabilidade para liquidação e encaminhamento para tesouraria (02 dias úteis); 13.
139 Transferência de recursos para conta da Instituição - Responsabilidade: Secretaria de Fazenda (Tesouraria) -
140 Prazo: até quatorze dias corridos (primeira quinta-feira após decorridos cinco dias úteis do recebimento);
141 14. Execução do projeto pela Instituição - Responsabilidade: Instituição - Prazo: seis meses para custeio e
142 investimentos. / doze meses para obras e reformas podendo ser prorrogado por igual período mediante
143 deliberação do CMDCA; 15. Comissão de Fiscalização do CMDCA realiza visitas nas Instituições a fim de
144 avaliar a utilização dos recursos e emitir Termo de Cumprimento de Objeto para deliberação do CMDCA -

145 Responsabilidade: CMDCA - Comissão de Fiscalização - Prazo: até 30 dias após o fim do convênio; 16.
146 Aprovação em plenária e Emissão de resolução de cumprimento de objeto pelo CMDCA - Responsabilidade:
147 CMDCA - Prazo: no dia posterior a aprovação em plenária. A ex Presidente do Conselho Telcia coloca que o
148 problema é que o recurso está seguindo prazo e caminho de conveniamento; que se a entidade já tem
149 convênio já recebe com o município, porque tem que conveniar novamente, muitas vezes já tem convênio
150 com a assistência e educação; que a prefeitura já detém toda a documentação da entidade e a mesma deve
151 apresentar tudo novamente, muitas vezes durante o percurso as certidões vencem aí se começa o
152 procedimento novamente; que uma sugestão é que para conveniadas não se precise mais de documentação
153 já existente; Depois de toda a apresentação, verificou-se que o fluxo atual apresentado é de 55 dias úteis;
154 Sérgio coloca que na realidade devemos entender como um fluxo de 6 meses no mínimo, se todas
155 secretarias cumprirem os prazos mencionados, mas que leva de 1 ano a até 1 ano e 3 meses para a entidade
156 receber o recurso do fundo municipal; e assim que a Comissão recomenda que seja analisado o Fluxo do
157 Fundo Municipal de Porto Alegre para que possa ser compreendido como um município realiza o fluxo em
158 10 dias, como se divulga a respeito de Porto Alegre e em Londrina o fluxo leva mais de um ano. Foi
159 deliberado por unanimidade o que se segue; **Deliberação:** a Presidente entrará em contato com o CMDCA
160 de Porto Alegre para comparar com o fluxo de Londrina, discutirá com a comissão de fundo para que se faça
161 uma proposta de encaminhamento; **5. Relato e deliberações acerca da visita ao CAIC – José Joffily;** A
162 Comissão do CMDCA que esteve visitando o CAIC José Joffily, passa a apresentar o relatório de visita. A
163 Conselheira Patrícia Pedalino, juntamente com Janaína e Cristiana Vezozzo, fazem a exposição: Que os
164 dados informados pela Secretaria de Educação foram: Caic José Joffily – Jd. Santiago; 780 alunos
165 matriculados e 360 na educação integral; horário das 8h. às 12h. e das 13:30 às 17:30; atividades
166 desenvolvidas: Ética e cidadania, artes, o corpo em ação, arte de reciclar, ginástica olímpica, musicalização,
167 laboratório de ciências; Projeto arquitetônico em fase de elaboração. Narração da situação verificada: No.
168 de alunos da Educação Integral: 184 matriculados e 732 alunos no total; verificar se esta Escola é
169 considerada ensino integral obrigatório; Existência de reunião de pais uma única reunião foi realizada, com
170 pequena presença de pais; reunião realizada em dia de semana em horário comercial; Atividades em
171 funcionamento: Ginástica (corporal e bandinha); Teatro, Artes, Poesia, Ciências, Flauta(à tarde) e Ginástica
172 Rítmica; Refeições: Apesar de existir abundancia de alimentos, foi informado que as crianças estão sendo
173 liberadas para almoçar em casa, visto não haver educador nas refeições. Também nos horários de lanche não
174 foi verificada a presença de qualquer educador acompanhando. n. de alunos por atividade(sugere-se
175 verificar livro de frequência) – informado: Máximo de 20 crianças; na prática constatou-se: artes/ 2 crianças
176 – ciências /11; 8-Poesia / 14-Dança – total 55 – informado que existem crianças em reforço escolar –
177 (informado) 3 turmas ; Faixa Etária - Alunos da 3a. e 4a. série (alguns da 2a. série); Horário das atividades;
178 Manhã e tarde – crianças vão almoçar em casa – não tem educador no horário do almoço; Educadores nas
179 atividades (nomes, vinculo e formação); São os próprios professores da Escola 6 manhã e 6 à tarde e 3
180 estagiários que faltam frequentemente sem avisar; Existência de Coordenação específica (sim ou não) Sim. A

181 Professora Creuza (já era professora na unidade); Cozinha: não há local suficiente para armazenagem dos
182 alimentos. Tornam-se impróprios ao consumo por inadequação; Bebedouro - Inexistência de copo
183 descartável ou canecas identificadas – recomendam aos pais que enviem copos para os filhos; Utensílios:
184 um único fogão para todas as refeições realizadas, inclusive da Creche. Impossibilidade de cozimento de
185 alimentos para a creche. Inexistência de panela de pressão. Inexistência de forno. Local das atividades –
186 condições encontradas – necessidade de adequação; Informado que o Corpo de Bombeiros detectou
187 diversas irregularidades e que o imóvel necessita urgente de adequação; Higiene: banheiros não contem
188 papel higiênico; Não tem sabonete; Limpeza precária; Banheiro da quadra é imundo + riscado+ manchado;
189 Limpeza do terreno: A capina e roçagem não são feitas com regularidade. Existência de mato no local em
190 que as crianças realizam atividades; Locais de atividades; Ginásio (alaga quando chove) – buracos – já foi
191 detectada dengue nos buracos; Árvores (corda para balançar) – atividade livre; Pomar + quadra aberta (
192 asfalto cheio de ranhuras e altamente Rústico-risco de machucar); Creche; Varanda; Pátio; Sala de teatro e
193 dança (TV); Somente 2 salas são ocupadas em dias de chuva, onde são colocadas as crianças para assistir um
194 filme ou TV; Paredes riscadas, vidros quebrados, paredes e portas danificadas, sujas. Ambiente
195 aparentemente insalubre (solicitar Perícia); Funcionários da Secretaria da Educação não compareceram à
196 Escola para verificar andamento da Educação Integral; não recebem apoio e orientação técnica – a Escola
197 que faz as atividades/ não são atendidos em condições de limpeza e segurança; solicitado o plano
198 pedagógico foi informado que nem todos professores fizeram ainda, vão estar finalizando e farão protocolo
199 do plano de trabalho e pedagógico no CMDCA; Informações coletadas na visita, com entrevistas com
200 diversas funcionárias, terceiros e também por verificação in loco; a Comissão conclui que a situação foi
201 considerada altamente crítica e que necessita de providências urgentes; a Conselheira Lúcia faz diversas
202 colocações: informa que foi dada capacitação técnica para todas as Escolas na Prefeitura; que todas escolas
203 devem ter recebido um kit básico, porque ele foi adquirido pela Prefeitura; que não é possível que a
204 Comissão não tenha visto nada de bom naquela escola; ao que foi respondido pela Conselheira Patrícia
205 Pedalino que sim, que alguns professores estão naquela escola há 16 anos, como é o caso da Coordenadora
206 Creuza e a Diretoria Márcia; que para estes professores houve uma melhora, visto que antes da mudança
207 dos alunos da rede estadual, a situação era mais critica porque haviam crianças mais velhas junto com
208 crianças pequenas e que por isso, as crianças da Escola Municipal Mari C Bueno tiveram melhora na
209 situação, por outro lado, as crianças da Escola Municipal Maria José Carneiro saíram de uma escola
210 pequena, em boas condições, com IDEB bem maior que da Escola Mari C Bueno e foram colocadas em uma
211 escola com problemas estruturais, de higiene entre outros, altamente críticos; a Conselheira Mara Maricato
212 pede a palavra e coloca que deve ser observado que são só 10 meses de mudança; que existe morosidade
213 no serviço público; que a administração e os funcionários tem muita vontade de melhorar e acertar; que
214 também tem muita coisa boa acontecendo; neste momento passou-se a discutir a realização da próxima
215 visita e a sugestão pelos presentes de divulgação da Escola somente no dia da visita, pela Presidente do
216 Conselho; a Presidente do Conselho reitera que na reunião do CMDCA do dia 04 de março a Conselheira

217 Lúcia foi convidada a participar, mas naquele momento não confirmou sua participação; colocado pelos
218 presentes que o objetivo da visita é não intimidar; que o Conselho deve deliberar se a presença da
219 Secretária da Educação deve ser feita nas visitas sob pena de intimidar as escolas e é colocada em votação
220 tal proposição; a Conselheira Ângela se abstém de votar porque acha que algumas questões são subjetivas;
221 a Conselheira Wilma coloca que é da fiscalização do Conselho e que quando a fiscalização é na sua entidade
222 ela não participa, visto que o importante é a isenção da avaliação; Ângela coloca que as dificuldades na
223 estrutura não são questões da Educação Integral, mas sim da Educação como um todo, que é uma situação
224 histórica; Marilda da Pastoral da Criança pede a palavra para dizer que se o CMDCA não for tomar posições
225 com relação a este relatório não deve dar seguimento a novas visitas; assim, passou a deliberar pela
226 proposta da plenária que foi aprovada com 4 votos contrários, conforme se segue: **Deliberações:** que não
227 deverá constar da Comissão do CMDCA a visitar as Escolas pessoas da Secretaria da Educação; Solicitar ao
228 Corpo de Bombeiros e Vigilância Sanitária relatório de visita ao CAIC José Jofilly; encaminhar o relatório
229 apresentado nesta reunião à Secretaria da Educação e conhecimento ao Prefeito Municipal para que aquela
230 responda e apresente solução para todos os pontos apontados no relatório; encerrado o ponto de pauta,
231 passou-se para o item **6. Deliberações acerca do evento dos 20 anos do ECA;** A Conselheira Mara Maricato
232 pede a palavra e coloca que a Comissão de Divulgação já está dando andamento as questões das
233 Comemorações de 20 anos do ECA; que se a plenária autorizar, estará tomando providências e que a data
234 para o Evento proposto é no dia 13 de julho no SINCOVAL; aprovado por unanimidade os encaminhamentos
235 da Comissão de Divulgação; **Deliberação:** À comissão de divulgação para proceder à preparação para o
236 evento “20 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente”; passou-se então à continuidade do item **7.**
237 **relatos de comissões;** a Comissão de Cadastro vem apresentar que analisando o pedido de registro do
238 Instituto Milenia, a comissão esteve na entidade para avaliações: que o Instituto Milenia realiza diversas
239 atividades; cada atividade tem um Projeto adequado, fantoche, de maneira organizada, 30 crianças por dia
240 das 14 às 16 horas; são servidos lanches no Período da manhã e Período da tarde; preparados por um grupo
241 de voluntários; que são crianças de 6 a 12 anos no entorno do Conjunto Eucaliptos; que o único critério é
242 estar frequentando ensino regular; às sextas feiras as atividades são abertas para serem levados grupos de
243 crianças e que o Projeto é aberto, inclusive para Escolas, projetos e outras atividades; que a entidade conta
244 com 1 coordenador geral, 1 pedagogo; na atividade direta que é a brinquedoteca; em 2009 realizaram a
245 brinquedoteca itinerante, bastante interessante; que trabalham a relação com as famílias; a divulgação na
246 comunidade se dá espontaneamente; a própria família direciona; articulações com a rede, Programa
247 Atitude, entre outros; que a Comissão recomenda o registro do Serviço Sócio-educativo do Instituto Milenia;
248 passa-se ao segundo serviço da entidade Educação Profissional através do Projeto Formare que é feito em
249 parceria com a Fundação Lochpe; que são atendidos adolescentes de 15 a 17 anos na Linha CEFET – Agente
250 de Serviço Administrativo Comercial; que há um Espaço separado – Período de duração de 1 ano – tem uma
251 estrutura garantida – aulas ministradas pelos próprios funcionários da empresa; recebem uma bolsa; plano
252 de saúde; uniforme; refeição e vale transporte; equipe de coordenação e material; a recomendação da

253 Comissão é de conceder registro à Educação Profissionalizante do Instituto Milenia, condicionada à
254 apresentação de dois documentos que tiveram sua validade expirada durante a fase de registro; em
255 aprovação pela Plenária foram aprovados os registros por unanimidade; **Deliberação:** Aprovado o registro
256 do Instituto Milenia, para os segmentos Sócio Educativo e Educação Profissional; 9. Informes. O Conselheiro
257 Sérgio de Souza Barbosa relata que houve a eleição do CEDCA na quarta feira e que houve uma
258 apresentação do Fórum DCA e de como a entidade pode contribuir para o fortalecimento da sociedade civil;
259 que foi apresentada a comissão organizadora do CEDCA; que da região tinha 4 candidatos e 3 instituições de
260 Apucarana; que foi eleita a Jacqueline Micali pela Epesmel e um candidato de Apucarana que também é
261 atual conselheiro; a Conselheira Ângela informa que foi anunciado para julho Conferencia Municipal de
262 Saúde Mental; intersetorial; novidades serão repassadas, para participação do CMDCA; Nada mais havendo
263 a ser tratado, deu-se por encerrada a presente reunião e para constar eu, Patrícia Grassano Pedalino, lavrei
264 a presente ata.